



4311 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)  
GT26 - Educação do Campo

LUTAS CAMPONESAS E EDUCAÇÃO DO CAMPO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE EMANCIPAÇÃO  
Isaac Alexandre da Silva - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

### **LUTAS CAMPONESAS E EDUCAÇÃO DO CAMPO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE EMANCIPAÇÃO**

O presente trabalho inscreve-se no contexto do movimento da Educação do Campo, priorizando como pauta as lutas camponesas e a construção da Educação do Campo. As questões aqui postas fazem parte de uma tese que buscou analisar as contribuições político-pedagógicas e epistemológicas de uma Licenciatura em Educação do Campo às escolas públicas e às experiências formativas não escolares protagonizadas pelos sujeitos do campo situados no Semiárido paraibano. Neste sentido, objetivou-se analisar os limites e possibilidades de emancipação presentes na formação inicial de professores em Educação do Campo, utilizando-se como via metodológica a análise documental. Nos estudos realizados, evidenciou-se a relevância dos movimentos do campo na construção de uma política educacional referenciada socialmente e vinculada aos reais interesses e objetivos das classes trabalhadoras.

**Palavras-chave:** Lutas camponesas. Educação do Campo. Emancipação.

### **LUTAS CAMPONESAS E EDUCAÇÃO DO CAMPO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE EMANCIPAÇÃO**

#### **Introdução**

O presente trabalho inscreve-se no contexto do movimento da Educação do Campo, priorizando como pauta as lutas camponesas e a construção da Educação do Campo. As questões aqui postas fazem parte de uma tese que buscou analisar as contribuições político-pedagógicas e epistemológicas de uma Licenciatura em Educação do Campo às escolas públicas e às experiências formativas não escolares protagonizadas pelos sujeitos do campo situados no Semiárido paraibano.

Neste sentido, objetivou-se analisar os limites e possibilidades de emancipação presentes na formação inicial de professores em Educação do Campo, utilizando-se como via metodológica a análise documental. Nos estudos realizados, evidenciou-se a relevância dos movimentos do campo na construção de uma política educacional referenciada socialmente e vinculada aos reais interesses e objetivos das classes trabalhadoras.

#### **Lutas camponesas e a emergência da Educação do Campo**

A história do Brasil é atravessada por diversas lutas no campo, resultantes das contradições sociais, econômicas e político-culturais geradas no decorrer de sua constituição, tendo como protagonistas diversos sujeitos empenhados na luta pela terra e na defesa de outros direitos historicamente negados aos povos do campo.

Nessa longa história, registra-se a presença constante da violência e de intensos conflitos no campo, evidenciando a hegemonia e a reprodução de um modelo agrário-agrícola concentrador, excludente e desumano. Contraditoriamente, registra-se também que essa característica marcante da concentração de terras vai se constituir num dos principais fatores que vão impulsionar os processos de organização, formação e resistência dos camponeses, enquanto classe social que busca a sua emancipação.

Mantidos à margem do poder e sem participar dos grandes projetos do país (FERNANDES, 1998), os camponeses aprenderam, no desenrolar das lutas, que a participação política é condição fundamental para a transformação social e a democratização do poder e das relações estabelecidas no meio rural. Daí, criaram suas organizações e, ao longo dos séculos, vêm se posicionando contrariamente aos velhos padrões da política tradicional que ainda persistem nas relações de produção que se desenvolvem no campo.

Na compreensão da trajetória da luta camponesa é sensato reconhecer os antecedentes históricos que demarcam o início das lutas pela terra do Brasil, buscando entender seus sentidos e sua relação com o tempo presente, a começar pela resistência dos povos

índigenas contra os processos de expropriação de suas terras e do cativo imposto pelos colonizadores. De acordo com Fernandes (1998, p. 2), durante os séculos XVI e XVII, de norte a sul do país, Potiguares, Tamoios e Guaranis lutaram em defesa de seus territórios. Vítimas de um processo de ocupação violento, boa parte dessa população foi escravizada e/ou dizimada e, em muitos casos, a fuga foi a estratégia utilizada para lidar com a ação de seus algozes. De acordo com Oliveira (2001), da conquista e destruição dos territórios indígenas, originou-se o território capitalista e os conflitos perduram até os dias atuais.

As lutas dos negros contra a escravidão, pelo acesso à terra e ao trabalho, é outra pauta importante para se pensar a origem da trajetória das lutas pela terra no país. Desenraizados de suas terras, os negros que aqui chegaram, via tráfico negreiro, foram submetidos à condição de propriedade e obrigados a variadas formas de trabalho escravo. Entretanto, reagiram contra o domínio e a opressão do sistema escravista, sob diversas formas de ações possíveis, como a sabotagem nos processos de produção e na lentidão da realização do trabalho, gerando prejuízos aos senhores, nas revoltas e emboscadas contra os fazendeiros, nas fugas e até mesmo na prática do aborto e de suicídios.

Das fugas, nasceram os quilombos, que eram territórios de resistência e de sociabilidade, de liberdade e de vida comunitária, onde os integrantes tinham autonomia política e podiam vivenciar sua cultura. Nesses espaços, organizavam sua produção agrícola e tinham a liberdade de falar sua língua, realizar seus cultos, além de outras práticas proibidas noutros contextos. Nos quilombos, homens e mulheres [...] construíram formas e modos de viver e articular a luta contra a dominação escravista e foram construindo formas de organização social e cultural, laços de compadrio e modos de empreender as lutas pela liberdade, a partir da qual firmaram seu lugar social de pertença, pois neles eram configuradas diferentes relações sociais. (ARAÚJO, 2011, p. 87).

E nesse itinerário, dentre outras experiências de resistência, seguem as lutas camponesas contra a expropriação imposta pelos coronelistas e latifundiários, como a Guerra de Canudos, realizada nos anos de 1896 e 1897, nos sertões da Bahia; a Guerra do Contestado, realizada nos anos de 1912-1916, nos estados do Paraná e Santa Catarina; as lutas dos colonos migrantes explorados nos cafezais das fazendas paulistas.

Nesse percurso, os movimentos sociais de luta pela terra foram se constituindo e mobilizando ações em torno das questões referentes às relações de trabalho, à concentração fundiária, à violência no campo, às condições de existência, geralmente incompatíveis com a dignidade humana. De acordo com Fernandes (1998), em várias regiões do país, registraram-se diversos conflitos relacionados à questão agrária, a exemplo da revolta de Trombas e Formoso, em Goiás, nos anos de 1950 a 1957; dos diversos conflitos pela terra em Porecatu, no Estado do Paraná; da formação e expansão das Ligas Camponesas para várias partes do país, cuja atuação gerou expectativas positivas, no sentido de transformações estruturais relacionadas à questão fundiária.

Sobre as Ligas Camponesas é importante sublinhar que foram consideradas como o primeiro movimento de caráter nacional e referência importante na constituição de outros movimentos do campo. Elas surgiram em 1945, com o apoio do PCB, mas foram violentamente reprimidas nos anos seguintes. Na década posterior, elas ressurgem e se organizam em várias regiões do país, defendendo a “[...] luta pela reforma agrária radical, para acabar com o monopólio de classe sobre a terra. Em suas ações, os camponeses resistiam na terra e passaram a realizar ocupações.” (FERNANDES, 1998, p.4).

Com a atuação das Ligas Camponesas, a luta pela terra se redimensionou no país, gerando uma expectativa positiva de transformações estruturais, dada a força do movimento, visivelmente expressa nos processos de construção da classe camponesa e de mobilização das massas. Nesse contexto, a reforma agrária despontava como uma possibilidade histórica, passando a ser pauta no cenário político nacional. Nesse período, os antagonismos de classe ficaram mais evidentes e o surgimento de diversos focos de luta envolveu vários setores da sociedade na causa camponesa, como as organizações estudantis, partidos políticos, determinadas alas progressistas da Igreja Católica.

Nesse contexto, instaura-se o processo do golpe militar, em 1964, e os processos de luta pela terra foram sucumbidos, resultando na derrota do movimento dos camponeses pelas forças conservadoras. A repressão foi violenta e o método utilizado foi expresso nas perseguições, torturas, exílios, “desaparecimento”, assassinatos etc. Nesse contexto, as Ligas deixam de existir enquanto organização social (STÉDILE, 2012).

O modelo de desenvolvimento agrário adotado pelos militares, pautado na modernização da agricultura e na exportação, priorizou os setores mais abastados do campo, tornando mais dramática a situação dos camponeses. Nota-se, nesse período, a ampliação significativa do número de trabalhadores assalariados, assim como o agravamento da situação de expropriação e de empobrecimento de grandes parcelas da população do campo.

Nesse contexto de agravamento da questão agrária, surge a CPT (Comissão Pastoral da Terra), em 1975, na cidade de Goiânia, uma organização que serviria de assessoria à luta dos trabalhadores do campo. Constituída pelas alas mais progressistas da Igreja Católica, sob influência da Teologia da Libertação, a CPT abraçou a causa camponesa e criou condições para a existência de novos movimentos no campo, a exemplo do MST (FERNANDES, 2000, p. 44).

A criação da CPT foi uma iniciativa fundamental para o movimento camponês, dado o contexto histórico de repressão e de refluxo das lutas no campo. Ela formou muitas lideranças e contribuiu com os processos de luta e organização do movimento, que até então estavam dispersos. Inicia-se, a partir desse momento, “[...] um novo período na história da formação camponesa” (FERNANDES, 2000, p.44), marcado pela atuação de uma pastoral que vai influenciar decisivamente a retomada das lutas no campo, em várias regiões do país.

Nas décadas de 70 e 80, a violência no campo cresce vertiginosamente e o aumento do número de assassinatos de camponeses expressa enfaticamente a tentativa dos militares de reprimir a luta pela terra e de conter o avanço do movimento (FERNANDES, 2000).

Nesse período, defendia-se até a ideia do desaparecimento do campesinato, dada a hegemonia da agricultura capitalista, considerada pelas elites agrárias o modelo ideal e suficiente para o desenvolvimento do país. Segundo essa ótica, “A modernização das forças produtivas levaria à eliminação das relações sociais de produção atrasadas.” (PEDON, 2013 p. 133).

Entretanto, os que defenderam e acreditaram nessa assertiva de esgotamento do campesinato “[...] não atentaram para o fato que o capital não comporta somente uma forma de relação social, ou seja: o assalariamento. Ainda, a propósito, o próprio capital, em seu

desenvolvimento desigual e contraditório, cria, destrói e recria o campesinato.” (FERNANDES, 2000, p. 47). E, portanto, um novo movimento emerge nessa história de lutas camponesas: o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

O MST origina-se em 1984, em Cascavel, no Estado do Paraná, defendendo como objetivos centrais a luta pela terra, pela reforma agrária e por mudanças sociais no país. Segundo Stedile e Fernandes (1996), o surgimento do MST foi influenciado por fatores relacionados às condições objetivas do desenvolvimento da agricultura, os quais foram importantes na definição de sua natureza e formação, a exemplo do fator socioeconômico, considerado o mais determinante na constituição desse movimento.

Sobre esse fator, Fernandes (2000, p. 49) adverte que o modelo econômico de desenvolvimento agropecuário adotado pelos militares, principalmente no final dos anos 70, acentuou a concentração fundiária e agravou a situação dos camponeses, “[...] expropriando e expulsando mais de 30 milhões de pessoas que migraram para as cidades e para outras regiões brasileiras”. Sem condições mínimas de sobrevivência e atraídos pela oportunidade de trabalho gerada pelo processo acelerado da industrialização, muitos trabalhadores deixaram o campo e buscaram integrar-se ao mundo produtivo da cidade.

Entretanto, ao final dos anos 70, o setor industrial começa a dar sinais da crise que viria a se desenvolver durante a década seguinte e, portanto, mais uma porta se fecha para os trabalhadores do campo, o que obriga a muitos a se sujeitarem a condições desumanas de trabalho (STÉDILE E FERNANDES, 1996, p. 16).

A partir desse contexto, o MST foi se consolidando como um instrumento de organização política dos camponeses, inaugurando um novo período na história desse segmento. Através do MST, os camponeses criaram as condições necessárias para a luta e acumularam força para a conquista da terra (FERNANDES, 2000).

Com o passar do tempo, o movimento cresceu e ampliou o campo de atuação, partindo da compreensão, assim como outros movimentos, de que a luta pela terra deve estar articulada à luta por outras demandas consideradas importantes, tais como educação, cultura, saúde, comunicação, gênero, juventude etc. A luta por esses direitos tem sido materializada nas formas de atuação que os movimentos do campo têm adotado, como a ocupação de latifúndios e de prédios públicos, marchas, acampamentos, jejuns e greves de fome, vigílias, manifestações, dentre outras.

Com relação à educação é importante considerar que a negação do acesso e permanência tem sido uma das formas mais evidentes da violência contra as populações do campo, o que tem levado os movimentos sociais a se mobilizarem por políticas educacionais que assegurem o acesso e a permanência desses sujeitos no mundo escolar.

Nessa perspectiva, a educação é concebida como um fator imprescindível para o desenvolvimento dos povos do campo, não apenas no sentido do direito, mas também como um instrumento importante de participação política e de transformação social. Assim, está posto na agenda do movimento da Educação do Campo. Entretanto, reivindica-se uma educação diferenciada, referenciada socialmente, que rompe com os esquemas tradicionais, uma vez que propõe uma concepção política e pedagógica comprometida com os interesses das classes trabalhadoras, na qual é expressa uma nova visão de mundo, associada ao projeto de sociedade defendido pelos trabalhadores do campo.

## Conclusão

Como se percebe acima, os movimentos sociais do campo assumem um papel relevante nos processos de construção das políticas educacionais que se processam atualmente no meio rural, considerando os aspectos pedagógicos, políticos e epistemológicos, uma vez que pautam uma educação que expressa um vínculo de classe e que é construída nos processos de luta dos camponeses.

## Referências

ARAÚJO, Patrícia Cristina de Aragão. Representações da Luta e da Resistência Negra no Quilombo Manuel Congo na literatura de cordel. In **Revista de Estudos Literários Terra roxa e outras terras** Volume 21, set., 2011, p. 87-100. Disponível em: <[http://www.uel.br/pos/letras/terraroxa/g\\_pdf/vol21/TRvol21h.pdf](http://www.uel.br/pos/letras/terraroxa/g_pdf/vol21/TRvol21h.pdf)>. Acesso: 03/06/2015.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Brasil: 500 anos de luta pela terra. In **Reforma Agrária: Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA**. Vol. 28, nº 1, 2 e 3, Jan/Dez 1998. Rio Claro. Disponível em: <file:///C:/Users/Isaac%20Alexandre/Downloads/ano28e29%20(1).pdf>. Acesso: 12/03/2015.

\_\_\_\_\_. **A formação do MST no Brasil**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

PEDON, Nelson Rodrigo. **Geografia e movimentos sociais: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. In **Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**: Revista Estudos Avançados. São Paulo: v.15, nº 43, set./dez. 2001, p. 185-206.

STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas - 1954-1964**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 9-16. Vol. 4.

STEDILE, João Pedro Stedile; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 1996.